



■ **BRASIL**

Lei Federal nº 14.944, de 31 julho 2024 - UNIÃO

Institui a Política Nacional de Manejo Integrado do Fogo e altera as Leis nºs 7.735, de 22 de fevereiro de 1989, 12.651, de 25 de maio de 2012 (Código Florestal), e 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 (Lei dos Crimes Ambientais).

EDIFICAÇÃO/ESTRUTURA FÍSICA

APP - ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE E/OU UNIDADE DE CONSERVAÇÃO

Risco de fiscalização

Ambiental

Decreto Federal nº 3.298, de 20 dezembro 1999 - UNIÃO

Regulamenta a Lei no 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências.

RECURSOS HUMANOS

PCD - PESSOA COM DEFICIENCIA

Risco de fiscalização

Governança

Portaria Federal nº 1.117, de 01 agosto 2024 - MIN. DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA

Regulamenta o art. 5º, inciso I e o art. 27, inciso V do Decreto nº 11.413, de 13 de fevereiro de 2023, para estabelecer os critérios de habilitação dos verificadores de resultado de sistemas de logística reversa e instituir o primeiro chamamento público visando o cadastramento das pessoas jurídicas.

RESÍDUOS SÓLIDOS

RESÍDUOS RECICLÁVEIS

Risco de fiscalização

Ambiental

Portaria Conjunta Federal nº 49, de 30 agosto 2024 - INSS

Disciplina a operacionalização do pedido de prorrogação de benefícios por incapacidade temporária.

RECURSOS HUMANOS

EMPREGADOS - CLT

Risco de fiscalização

Social

Portaria Federal nº 1.418, de 27 agosto 2024 - MIN. DO TRABALHO E EMPREGO / BR

Altera a redação do subitem 16.6.1.1 da Norma Regulamentadora nº 16 (Atividades e Operações Perigosas).

RECURSOS HUMANOS
EMPREGADOS - CLT
Risco de fiscalização
Social

Portaria Federal nº 1.419, de 27 agosto 2024 - MIN. DO TRABALHO E EMPREGO / BR

Aprova a nova redação do capítulo "1.5 Gerenciamento de riscos ocupacionais" e altera o "Anexo I - Termos e definições" da Norma Regulamentadora nº 1 (NR-1) - Disposições Gerais e Gerenciamento de Riscos Ocupacionais.

RECURSOS HUMANOS
EMPREGADOS - CLT
Risco de fiscalização
Social

Portaria Federal nº 1.369, de 14 agosto 2024 - MIN. DO TRABALHO E EMPREGO / BR

Altera a Tabela 1 do Anexo I da Portaria MTP nº 672, de 8 de novembro de 2021.

RECURSOS HUMANOS
EMPREGADOS - CLT
Risco de fiscalização
Social

Portaria Federal nº 1.341, de 08 agosto 2024 - MIN. DO TRABALHO E EMPREGO / BR

Altera o § 3º do art. 3º da Portaria MTP nº 2.318, de 3 de agosto de 2022, que aprovou a nova redação da Norma Regulamentadora nº 04 - Serviços Especializados em Segurança e Medicina do Trabalho.

RECURSOS HUMANOS
EMPREGADOS - CLT
Risco de fiscalização
Social

Portaria Federal nº 1.420, de 27 agosto 2024 - MIN. DO TRABALHO E EMPREGO / BR

Revoga o item 18.17.2 da Norma Regulamentadora nº 18 - Condições de Segurança e Saúde no Trabalho na Indústria da Construção, aprovada pela Portaria SEPRT nº 3.733, de 10 de fevereiro de 2020, e dá outras providências.

ATIVIDADE ENVOLVIDA NA OPERAÇÃO
INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL
Risco de fiscalização
Governança

Portaria Federal nº 1.344, de 08 agosto 2024 - MIN. DO TRABALHO E EMPREGO / BR

Altera o art. 3º da Portaria MTE nº 225, de 26 de fevereiro de 2024, e os art. 2º e 3º da Portaria MTE nº 836, de 27 de maio de 2024, que estabelece prazo e altera a vigência de itens da Norma Regulamentadora nº 22 - Segurança e Saúde Ocupacional na Mineração (NR-22).

ATIVIDADE ENVOLVIDA NA OPERAÇÃO
INDÚSTRIA DA MINERAÇÃO
Risco de fiscalização
Governança

Decreto Federal nº 12.144, de 19 agosto 2024 - UNIÃO

Altera o Decreto nº 11.550, de 5 de junho de 2023, que dispõe sobre o Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima.

MUDANÇAS CLIMÁTICAS
MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA
Não aplicável
Ambiental

Medida provisória Federal nº 1.249, de 02 agosto 2024 - UNIÃO

Altera a Lei nº 14.902, de 27 de junho de 2024, que institui o Programa Mobilidade Verde e Inovação - Programa Mover.

ATIVIDADE ENVOLVIDA NA OPERAÇÃO
INDÚSTRIA AUTOMOTIVA
Oportunidade
Governança

Medida provisória Federal nº 1.255, de 26 agosto 2024 - UNIÃO

Altera a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e a Lei nº 14.871, de 28 de maio de 2024, para autorizar a concessão de quotas diferenciadas de depreciação acelerada para navios-tanque novos produzidos no Brasil destinados ao ativo imobilizado e empregados exclusivamente em atividade de cabotagem de petróleo e seus derivados.

ATIVIDADE ENVOLVIDA NA OPERAÇÃO
INDÚSTRIA PETROQUÍMICA
Oportunidade
Governança

Resolução Federal nº 116, de 20 agosto 2024 - ANTAQ / BR

A definição das competências das unidades organizacionais e das atribuições dos cargos que integram a estrutura organizacional da Agência Nacional de Transportes Aquaviários - Antaq constituem o objeto deste Regimento Interno.

ATIVIDADE ENVOLVIDA NA OPERAÇÃO
INDÚSTRIA AQUAVIÁRIA
Risco de fiscalização
Governança

Portaria Federal nº 134, de 30 julho 2024 - NORMAM - Normas da Autoridade Marítima para Atividades de Inspeção Naval

Aprova as Normas da Autoridade Marítima para Operação de Embarcações Estrangeiras em Águas Jurisdicionais Brasileiras - NORMAM-203/DPC.

ATIVIDADE ENVOLVIDA NA OPERAÇÃO
INDÚSTRIA EM PLATAFORMAS DE PETRÓLEO
Risco de fiscalização
Governança

Portaria Federal nº 135, de 30 julho 2024 - DPC

Aprova as Normas da Autoridade Marítima para Registro de Helideques - NORMAM-223/DPC (1ª

Revisão).

ATIVIDADE ENVOLVIDA NA OPERAÇÃO
INDÚSTRIA EM PLATAFORMAS DE PETRÓLEO
Risco de fiscalização
Governança

Decreto Federal nº 12.122, de 30 julho 2024 - UNIÃO

Institui o Programa Federal de Prevenção e Enfrentamento do Assédio e da Discriminação, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

ATIVIDADE ENVOLVIDA NA OPERAÇÃO
INDÚSTRIA DO SETOR PÚBLICO E AUTARQUIAS
Risco de fiscalização
Governança

Resolução Federal nº 19, de 23 agosto 2024 - ANPD - Autoridade Nacional de Proteção de Dados

Aprova o Regulamento de Transferência Internacional de Dados e o conteúdo das cláusulas-padrão contratuais.

GOVERNANÇA CORPORATIVA
LGPD - LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS
Risco de fiscalização
Governança

Portaria Federal nº 160, de 28 agosto 2024 - CGU - Controladoria Geral da União.

Institui o Pacto Brasil pela Integridade Empresarial.

GOVERNANÇA CORPORATIVA
CODIGO DE ÉTICA E CONDUTA - PROGRAMA DE INTEGRIDADE
Voluntário
Governança

Instrução Normativa Federal nº 39, de 28 agosto 2024 - CGU - Controladoria Geral da União.

Institui o Regulamento do programa PACTO BRASIL pela Integridade Empresarial

GOVERNANÇA CORPORATIVA
CODIGO DE ÉTICA E CONDUTA - PROGRAMA DE INTEGRIDADE
Risco de fiscalização
Governança

Decreto Federal nº 11.330, de 01 janeiro 2023 - CGU - Controladoria Geral da União.

Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança da Controladoria-Geral da União e remaneja cargos em comissão e funções de confiança.

GOVERNANÇA CORPORATIVA
CODIGO DE ÉTICA E CONDUTA - PROGRAMA DE INTEGRIDADE
Voluntário
Governança

Lei Federal nº 14.948, de 02 agosto 2024 - UNIÃO

Institui o marco legal do hidrogênio de baixa emissão de carbono; dispõe sobre a Política Nacional do Hidrogênio de Baixa Emissão de Carbono; institui incentivos para a indústria do hidrogênio de baixa emissão de carbono; institui o Regime Especial de Incentivos para a Produção de Hidrogênio de Baixa Emissão de Carbono (Rehidro); cria o Programa de Desenvolvimento do Hidrogênio de Baixa Emissão de Carbono (PHBC); e altera as Leis nºs 9.427, de 26 de dezembro de 1996, e 9.478, de 6 de agosto de 1

COMBUSTÍVEL
HIDROGÊNIO VERDE
Risco de fiscalização
Ambiental

Lei Federal nº 14.951, de 02 agosto 2024 - UNIÃO

Dispõe sobre a coloração da órtese externa denominada bengala longa, para fins de identificação da condição de seu usuário.

ODS - OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
ODS 3 - SAÚDE E BEM-ESTAR
Voluntário
Social

Decreto Federal nº 12.121, de 30 abril 2024 - UNIÃO

Aprova o IV Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas.

ODS - OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
ODS 16 - PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES
Oportunidade
Governança

■ BRASIL > Acre

Lei Estadual nº 4.390, de 13 agosto 2024 - GOVERNO

Institui o Programa “Não se Omita”, criando uma política de prevenção, divulgação, combate e conscientização sobre a violência contra a mulher e feminicídio.

ODS - OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
ODS 10 - REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES
Risco de multa
Governança

Lei Estadual nº 4.393, de 13 agosto 2024 - GOVERNO

Institui a política de Incentivo à produção de café de qualidade no Estado.

ODS - OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
ODS 2 - FOME ZERO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL
Oportunidade
Social

Lei Estadual nº 4.391, de 13 agosto 2024 - GOVERNO

Dispõe sobre a implantação da atividade de xadrez nos currículos escolares de ensino fundamental e médio na rede estadual de ensino.

ODS - OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
ODS 4 - EDUCAÇÃO DE QUALIDADE
Oportunidade
Social

Decreto Estadual nº 11.535, de 19 agosto 2024 - GOVERNO

Dispõe sobre situação de emergência em decorrência de incêndios em áreas de cobertura florestal, queimadas descontroladas e elevada emissão de fumaça em todo o Estado do Acre

ODS - OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
ODS 11 – CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS
Oportunidade
Governança

Decreto Estadual nº 11.525, de 29 julho 2024 - GOVERNO

Dispõe sobre situação de emergência em decorrência do cenário de extrema seca e da iminente possibilidade de desabastecimento do sistema de água do Estado do Acre.

ODS - OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
ODS 11 – CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS
Voluntário
Governança

Lei Estadual nº 4.395, de 19 agosto 2024 - GOVERNO

Dispõe sobre a compensação ambiental e a reposição florestal no Estado, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação e altera a Lei nº 1.904, de 5 de junho de 2007, que institui o zoneamento ecológico-econômico do Estado do Acre

EDIFICAÇÃO/ESTRUTURA FÍSICA
APP - ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE E/OU UNIDADE DE CONSERVAÇÃO
Risco de multa
Ambiental

Lei Estadual nº 4.397, de 19 agosto 2024 - GOVERNO

Altera a Lei nº 1.117 de 26 de janeiro de 1994, que dispõe sobre a política ambiental do Estado do Acre e dá outras providências

LEGALIZAÇÃO/DOCUMENTAÇÃO
LICENCIAMENTO DA EMPRESA - MUNICIPAL E/OU ESTADUAL
Risco de interdição
Governança

■ BRASIL > Acre > Rio Branco

Lei Municipal nº 2.523, de 22 julho 2024 - PREFEITURA

Altera a Lei Municipal nº 2.466, de 20 de julho de 2023, que autoriza a filiação do Poder Executivo do Município de Rio Branco no Consórcio intermunicipal de Coleta, Destinação e Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos-CINRESOAC.

RESÍDUOS SÓLIDOS
RESÍDUO ORGÂNICO
Risco de multa
Ambiental

■ **BRASIL > Alagoas**

Lei Estadual nº 9.344, de 06 agosto 2024 - GOVERNO

DISPÕE SOBRE A VEDAÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO, PÚBLICOS E PRIVADOS, DE EXIGIREM QUE PROFESSORES, FUNCIONÁRIOS E ALUNOS PARTICIPEM DE FESTEJOS RELIGIOSOS OU DE CULTURAS DIVERSAS DAS SUAS, BEM COMO VEDA A CONCESSÃO DE NOTAS AVALIATIVAS PARA PARTICIPAÇÃO DOS ALUNOS, NO ÂMBITO DO ESTADO DE ALAGOAS.

ATIVIDADE ENVOLVIDA NA OPERAÇÃO
SERVIÇO DE ENTRETENIMENTO E EDUCAÇÃO
Risco de multa
Governança

Decreto Estadual nº 98.762, de 12 agosto 2024 - GOVERNO

REGULAMENTA O PROCEDIMENTO PARA DOAÇÃO E ARRECADAÇÃO DE ALIMENTOS NO PROGRAMA ALAGOAS SEM FOME, INSTITUÍDO PELA LEI ESTADUAL Nº 9.128, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2023, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ODS - OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
ODS 1 - ERRADICAÇÃO DA POBREZA
Voluntário
Social

Lei Estadual nº 9.351, de 06 agosto 2024 - GOVERNO

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DA FARMÁCIA VETERINÁRIA POPULAR DO ESTADO DE ALAGOAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

ODS - OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
ODS 15 - VIDA TERRESTRE
Oportunidade
Ambiental

■ **BRASIL > Alagoas > Rio Largo**

Lei Municipal nº 2.045, de 17 julho 2024 - PREFEITURA

“DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DA IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA DE INCLUSÃO ESCOLAR “ABA” PARA CRIANÇAS COM AUTISMO NAS ESCOLAS DA REDE PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE RIO LARGO/AL.”

ODS - OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
ODS 4 - EDUCAÇÃO DE QUALIDADE
Risco de fiscalização
Social

■ **BRASIL > Amazonas**

Lei Estadual nº 7.002, de 18 julho 2024 - GOVERNO

ESTABELECE diretrizes de fortalecimento da saúde mental e do enfrentamento a violência psicológica entre mulheres.

ODS - OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

ODS 5 - IGUALDADE DE GÊNERO
Oportunidade
Governança

Resolução Estadual nº 1.050, de 13 agosto 2024 - GOVERNO

INSTITUI o Fórum Estadual de Saneamento Básico, no âmbito da Comissão de Geodiversidade, Recursos Hídricos, Minas, Gás, Energia e Saneamento da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas.

ATIVIDADE ENVOLVIDA NA OPERAÇÃO
INDÚSTRIA DO SETOR PÚBLICO E AUTARQUIAS
Oportunidade
Governança

Lei Estadual nº 7.004, de 18 julho 2024 - GOVERNO

DISPÕE sobre a criação do Selo Abraço da Vida.

ATIVIDADE ENVOLVIDA NA OPERAÇÃO
COMERCIO DIVERSOS C/ PRODUTOS PERECÍVEIS
Voluntário
Governança

Lei Estadual nº 7.003, de 18 julho 2024 - GOVERNO

ESTABELECE ações de combate e conscientização à transmissão da Doença de Chagas pela ingestão de alimentos contaminados no âmbito do Estado do Amazonas.

EDIFICAÇÃO/ESTRUTURA FÍSICA
COZINHA INDUSTRIAL
Risco de fiscalização
Ambiental

■ **BRASIL > Amazonas > Manaus**

Lei Municipal nº 3.358, de 19 julho 2024 - PREFEITURA

INSTITUI o Programa Moeda Verde de incentivo à reciclagem, promoção da educação ambiental e valorização de catadores e cooperativas e dá outras providências.

RESÍDUOS SÓLIDOS
RESÍDUOS RECICLÁVEIS
Oportunidade
Ambiental

Decreto Municipal nº 5.959, de 15 agosto 2024 - PREFEITURA

INSTITUI o Comitê Municipal de Combate às Queimadas – CMCQ, e dá outras providências

MUDANÇAS CLIMÁTICAS
MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA
Risco de fiscalização
Ambiental

Lei Municipal nº 3.361, de 23 agosto 2024 - PREFEITURA

INSTITUI a Campanha Municipal Animal Silvestre não é Pet no âmbito do município de

Manaus.

ODS - OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
ODS 15 - VIDA TERRESTRE
Risco de fiscalização
Ambiental

Lei Municipal nº 3.365, de 29 julho 2024 - PREFEITURA

INSTITUI, no âmbito do município de Manaus, o Selo de Responsabilidade Social denominado Parceiros da Juventude e dá outras providências.

ODS - OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
ODS 17 - PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO
Oportunidade
Governança

■ **BRASIL > Bahia**

Decreto Estadual nº 22.948, de 07 agosto 2024 - GOVERNO

Dispõe sobre a convocação da 4ª Conferência Estadual do Meio Ambiente, na forma que indica, e dá outras providências.

ODS - OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
ODS 11 – CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS
Voluntário
Governança

Decreto Estadual nº 23.015, de 26 agosto 2024 - GOVERNO

Dispõe sobre as instâncias de gestão, execução e controle social da Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica - PEAPO, na forma que indica, e dá outras providências.

ODS - OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
ODS 2 - FOME ZERO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL
Oportunidade
Social

Lei Estadual nº 14.762, de 13 agosto 2024 - GOVERNO

Institui o Programa Agente Jovem Ambiental - AJA, na forma que indica, e dá outras providências.

ODS - OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
ODS 4 - EDUCAÇÃO DE QUALIDADE
Oportunidade
Social

■ **BRASIL > Bahia > Alagoinhas**

Lei Municipal nº 2.809, de 25 julho 2024 - PREFEITURA

“ESTABELECE DIRETRIZES PARA O APRIMORAMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL COM A FINALIDADE DE INCLUSÃO DOS ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA NO ÂMBITO DO SISTEMA PÚBLICO DE ENSINO DA EDUCAÇÃO BÁSICA EM NOSSO MUNICÍPIO”.

ODS - OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

ODS 10 - REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES

Voluntário

Governança

Lei Municipal nº 2.807, de 25 julho 2024 - PREFEITURA

“AUTORIZA AS ESCOLAS COMPONENTES DA REDE PARTICULAR E PÚBLICA DE ENSINO, LOCALIZADAS NO MUNICÍPIO DE ALAGOINHAS, A DISPONIBILIZAR MATERIAIS ILUSTRADOS, EM ARQUIVOS DIGITAIS, COMO CARTILHAS, SOBRE MEDIDAS DE PROTEÇÃO E PREVENÇÃO AO BULLYING CONTRA ALUNOS COM DEFICIÊNCIAS E COM TRANSTORNOS GLOBAIS DE DESENVOLVIMENTO, A EXEMPLO DO ESPECTRO AUTISTA, BEM COMO, A DESENVOLVER AÇÕES PARA A CONSCIENTIZAÇÃO DOS ESTUDANTES SOBRE A IMPORTÂNCIA DE RESPEITAR E INCLUIR OS ALUNOS AUTISTAS NA COMUNIDADE ESCOLAR”

ODS - OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

ODS 4 - EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

Risco de fiscalização

Social

Lei Municipal nº 2.800, de 25 julho 2024 - PREFEITURA

“INSTITUI A POLÍTICA MUNICIPAL DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA POLÍTICA DE GÊNERO E RAÇA”.

ODS - OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

ODS 5 - IGUALDADE DE GÊNERO

Risco de fiscalização

Governança

■ BRASIL > Bahia > Salvador

Decreto Municipal nº 38.884, de 01 agosto 2024 - PREFEITURA

Altera dispositivos do Decreto nº 36.288, de 17 de novembro de 2022, que regulamenta o art. 5º da Lei nº 8.474, de 02 de outubro de 2013, e institui o Programa de Certificação Sustentável IPTU VERDE em edificações no Município de Salvador, na forma que indica.

ODS - OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

ODS 9 - INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA

Voluntário

Governança

Decreto Municipal nº 38.912, de 07 agosto 2024 - PREFEITURA

Cria Comissão de Contratação no âmbito da Unidade Gestora do Projeto Salvador Social, na forma que indica e dá outras providências

ODS - OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

ODS 17 - PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO

Oportunidade

Governança

■ BRASIL > Ceará

Lei Estadual nº 18.944, de 30 julho 2024 - GOVERNO

INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO ESTADO DO CEARÁ.

ODS - OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
ODS 4 - EDUCAÇÃO DE QUALIDADE
Oportunidade
Social

Lei Estadual nº 18.955, de 31 julho 2024 - GOVERNO

DISPÕE SOBRE A INCLUSÃO DA TEMÁTICA EDUCAÇÃO CLIMÁTICA NO PROGRAMA DE ENSINO DAS ESCOLAS DA REDE PÚBLICA DO ESTADO CEARÁ.

ODS - OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
ODS 4 - EDUCAÇÃO DE QUALIDADE
Oportunidade
Social

Lei Estadual nº 18.951, de 31 julho 2024 - GOVERNO

ESTABELECE COMO UM DOS CRITÉRIOS PARA DETERMINAR A PRIORIDADE NA EMISSÃO DE SEGUNDA VIA DE DOCUMENTOS DE IDENTIFICAÇÃO CIVIL SER AS OLICITANTE MULHER VÍTIMA DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA OU FAMILIAR.

ODS - OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
ODS 5 - IGUALDADE DE GÊNERO
Risco de fiscalização
Governança

Lei Estadual nº 18.948, de 31 julho 2024 - GOVERNO

INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE DESCARTE, RECONDICIONAMENTO E INOVAÇÃO DE EQUIPAMENTOS ELETROELETRÔNICOS NO ÂMBITO DO ESTADO DO CEARÁ.

RESÍDUOS SÓLIDOS
RESÍDUO ELETROELETRONICO
Oportunidade
Ambiental

Lei Estadual nº 18.959, de 31 julho 2024 - GOVERNO

INSTITUI A CAMPANHA DE PREVENÇÃO DA DENGUE NAS ESCOLAS DO ESTADO DO CEARÁ.

ATIVIDADE ENVOLVIDA NA OPERAÇÃO
SERVIÇO DE ENTRETENIMENTO E EDUCAÇÃO
Voluntário
Governança

Lei Estadual nº 18.982, de 22 agosto 2024 - GOVERNO

DISPÕE SOBRE O COMBATE AO CRIME ORGANIZADO E À LAVAGEM DE DINHEIRO A PARTIR DO ACESSO E USO DAS PLATAFORMAS ELETRÔNICAS DAS ATIVIDADES NOTARIAIS E DE REGISTRO.

ODS - OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
ODS 16 - PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES
Risco de interdição
Governança

■ **BRASIL > Ceará > Fortaleza**

Lei Municipal nº 11.493, de 18 julho 2024 - PREFEITURA

Institui a Política Municipal de Desfazimento e Recondicionamento de Equipamentos Eletroeletrônicos e dispõe sobre o Programa de Capacitação e Inclusão Tecnológica - PCIT, no âmbito do Município de Fortaleza.

RESÍDUOS SÓLIDOS
RESÍDUO ELETROELETRÔNICO
Oportunidade
Ambiental

■ **BRASIL > Ceará > Icapuí**

Lei Municipal nº 1.003, de 22 agosto 2024 - PREFEITURA

institui o projeto "primeiros socorros na escolas" na rede pública e particular de ensino do município de Icapuí e da outras providências.

ATIVIDADE ENVOLVIDA NA OPERAÇÃO
SERVIÇO DE ENTRETENIMENTO E EDUCAÇÃO
Risco de fiscalização
Governança

■ **BRASIL > Distrito Federal**

Lei Estadual nº 7.547, de 23 julho 2024 - GOVERNO

Institui o Cadastro Distrital de Pessoas Condenadas por Crimes contra a Dignidade Sexual de Crianças e Adolescentes, e dá outras providências.

ODS - OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
ODS 16 - PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES
Oportunidade
Governança

Decreto Estadual nº 46.183, de 26 agosto 2024 - GOVERNO

Regulamenta a Lei nº 7.241, de 26 de abril de 2023, que institui o Protocolo Por Todas Elas, para prevenção e atuação imediata de apoio a vítimas de violência, assédio ou importunação de cunho sexual em estabelecimentos de lazer e entretenimento, e cria o Selo Todos Por Elas.

ATIVIDADE ENVOLVIDA NA OPERAÇÃO
SERVIÇO DE ENTRETENIMENTO E EDUCAÇÃO
Risco de multa
Governança

Decreto Estadual nº 46.174, de 22 agosto 2024 - GOVERNO

Institui a Política de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Moral e Sexual no âmbito da administração direta e indireta do Distrito Federal.

ATIVIDADE ENVOLVIDA NA OPERAÇÃO
INDÚSTRIA DO SETOR PÚBLICO E AUTARQUIAS
Risco de multa
Governança

Lei Estadual nº 7.548, de 23 julho 2024 - GOVERNO

Proíbe a veiculação, a transmissão e o compartilhamento de cenas de violência contra a mulher no Distrito Federal.

ODS - OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

ODS 5 - IGUALDADE DE GÊNERO

Risco de multa

Governança

Lei Estadual nº 7.538, de 18 julho 2024 - GOVERNO

Cria a ferramenta Mulher, Não se Cale – Canal de Denúncia nos sítios eletrônicos e aplicativos da administração direta, autárquica e fundacional do Distrito Federal.

ODS - OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

ODS 11 – CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS

Voluntário

Governança

■ BRASIL > Espírito Santo

Lei Estadual nº 12.194, de 30 julho 2024 - GOVERNO

Dispõe sobre a autonomia e os direitos da gestante e da parturiente no período do parto até o período do puerpério, e dá outras providências

ODS - OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

ODS 3 - SAÚDE E BEM-ESTAR

Risco de fiscalização

Social

■ BRASIL > Espírito Santo > São Mateus

Decreto Municipal nº 16.566, de 08 agosto 2024 - PREFEITURA

DISPÕE SOBRE O PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DESTINADO EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA. ESGOTAMENTO SANITÁRIO LIMPEZA URBANA E DRENAGEM. INSTRUMENTO DA POLÍTICA MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

LEGALIZAÇÃO/DOCUMENTAÇÃO

LICENCIAMENTO DA EMPRESA - MUNICIPAL E/OU ESTADUAL

Oportunidade

Governança

■ BRASIL > Goiás

Decreto Estadual nº 10.530, de 21 agosto 2024 - GOVERNO

Regulamenta a Lei nº 22.933, de 21 de agosto de 2024, que dispõe sobre o Sistema Unificado Estadual de Sanidade Agroindustrial Familiar, Artesanal e de Pequeno Porte – SUSAF/GO.

ATIVIDADE ENVOLVIDA NA OPERAÇÃO

INDÚSTRIA AGROPECUÁRIA

Risco de multa

Governança

Decreto Estadual nº 10.524, de 09 agosto 2024 - GOVERNO

Institui o Fórum Goiano de Mudanças Climáticas e Desenvolvimento Sustentável e revoga o Decreto estadual nº 8.652, de 19 de maio de 2016.

MUDANÇAS CLIMÁTICAS
MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA
Oportunidade
Ambiental

Lei Estadual nº 22.944, de 26 agosto 2024 - GOVERNO

Altera a Lei nº 21.104, de 23 de setembro de 2021, que institui o Código de Bem-Estar Animal e dá outras providências.

ODS - OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
ODS 15 - VIDA TERRESTRE
Risco de multa
Ambiental

■ BRASIL > Goiás > Goiânia

Lei Municipal nº 11.234, de 30 julho 2024 - PREFEITURA

Cria o Programa Abrigo Animal e dá outras providências.

ODS - OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
ODS 15 - VIDA TERRESTRE
Voluntário
Ambiental

■ BRASIL > Maranhão

Lei Estadual nº 12.369, de 24 julho 2024 - GOVERNO

Dispõe sobre a vedação em todo e quaisquer estabelecimentos públicos ou privados, da utilização de práticas que proíbam restrinjam ou dificultem o ingresso de produtos e gêneros alimentícios, necessários ao consumo ou bem estar de pessoas com deficiência no Estado do Maranhão.

RECURSOS HUMANOS
PCD - PESSOA COM DEFICIENCIA
Risco de multa
Governança

■ BRASIL > Mato Grosso

Lei Estadual nº 12.636, de 01 agosto 2024 - GOVERNO

Dispõe sobre autorização a lojas e estabelecimentos comerciais para oferecer, por meio digital, o acesso ao Código de Defesa do Consumidor aos clientes, no âmbito do Estado de Mato Grosso.

ATIVIDADE ENVOLVIDA NA OPERAÇÃO
COMERCIO DIVERSOS C/ PRODUTOS PERECÍVEIS
Risco de fiscalização
Governança

■ **BRASIL > Mato Grosso > Cuiabá**

Lei Municipal nº 7.116, de 12 julho 2024 - PREFEITURA

ASSEGURA ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, E IDOSOS DEVIDAMENTE CREDENCIADAS PELA SECRETARIA DEMOBILIDADE URBANA (SEMOB) NO MUNICÍPIO DE CUIABÁ, O DIREITO DE FAZER USO DAS VAGAS DO SISTEMA CIDADE VERDE ESTACIONAMENTO ROTATIVO DIGITAL, COM ISENÇÃO SEM LIMITAÇÃO DE TEMPO NO MUNICÍPIO DE CUIABÁ.

ODS - OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

ODS 10 - REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES

Risco de fiscalização

Governança

Lei Municipal nº 7.130, de 14 agosto 2024 - PREFEITURA

DISPÕE SOBRE A INSTITUIÇÃO DO CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO PARA AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E PARA OS SEUS CUIDADORES (AS), PARA FINS DE GARANTIA DO ATENDIMENTO PRIORITÁRIO NO MUNICÍPIO DE CUIABÁ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ODS - OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

ODS 10 - REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES

Risco de fiscalização

Governança

■ **BRASIL > Mato Grosso do Sul**

Lei Estadual nº 6.293, de 22 agosto 2024 - GOVERNO

Altera a redação e acrescenta dispositivos à Lei nº 4.225, de 12 de julho de 2012, que dispõe sobre a Defesa Sanitária Vegetal no Estado de Mato Grosso do Sul.

ATIVIDADE ENVOLVIDA NA OPERAÇÃO

INDÚSTRIA AGROPECUÁRIA

Risco de multa

Governança

Decreto Estadual nº 16.487, de 15 agosto 2024 - GOVERNO

Reorganiza o Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável de Agricultura Familiar (CEDRAF/MS), e dá outras providências.

ODS - OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

ODS 2 - FOME ZERO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL

Oportunidade

Social

■ **BRASIL > Mato Grosso do Sul > Campo Grande**

Lei Complementar Municipal nº 527, de 22 agosto 2024 - PREFEITURA

Dispõe sobre a presença de tradutor e intérprete de Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS em maternidades e salas de parto de estabelecimentos hospitalares das redes pública e privada e dá outras providências.

ATIVIDADE ENVOLVIDA NA OPERAÇÃO
INDUSTRIA DA SAÚDE (HUMANA E ANIMAL)
Risco de fiscalização
Governança

Lei Municipal nº 7.289, de 02 agosto 2024 - PREFEITURA

Institui o Programa Empresa Rosa no Município de Campo Grande-MS e dá outras providências.

ODS - OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
ODS 8 - TRABALHO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO
Oportunidade
Social

■ **BRASIL > Minas Gerais**

Decreto Estadual nº 48.869, de 29 julho 2024 - GOVERNO

Institui o Fórum Mineiro de Comitês de Bacias Hidrográficas de Minas Gerais.

RECURSOS HÍDRICOS
DERIVAÇÕES OU CAPTAÇÕES DE ÁGUAS SUPERFICIAIS
Risco de fiscalização
Ambiental

Lei Estadual nº 24.944, de 02 agosto 2024 - GOVERNO

Altera a Lei nº 20.922, de 16 de outubro de 2013 , que dispõe sobre as políticas florestal e de proteção à biodiversidade no Estado, e a Lei nº 21.972, de 21 de janeiro de 2016 , que dispõe sobre o Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema – e dá outras providências.

EDIFICAÇÃO/ESTRUTURA FÍSICA
APP - ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE E/OU UNIDADE DE CONSERVAÇÃO
Risco de multa
Ambiental

Lei Estadual nº 24.940, de 26 julho 2024 - GOVERNO

Estabelece objetivos para a política estadual do hidrogênio de baixo carbono e do hidrogênio verde.

RECURSOS ENERGÉTICOS - ENERGIA
HIDROGÊNIO (VERDE E BAIXO CARBONO)
Oportunidade
Ambiental

■ **BRASIL > Minas Gerais > Belo Horizonte**

Lei Municipal nº 11.737, de 28 agosto 2024 - PREFEITURA

Institui o Programa de Apoio à Vítima de Violência Doméstica

ODS - OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
ODS 10 - REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES
Oportunidade
Governança

Lei Municipal nº 11.738, de 29 agosto 2024 - PREFEITURA

Altera a Lei nº 8.565/03, que “Dispõe sobre o controle da população de cães e gatos e dá outras providências”.

ODS - OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

ODS 15 - VIDA TERRESTRE

Risco de fiscalização

Ambiental

Lei Municipal nº 11.733, de 23 agosto 2024 - PREFEITURA

Altera o art. 1º da Lei nº 11.566/23, que torna obrigatória a distribuição de protetor ou bloqueador solar pelo Município a pessoas com albinismo.

ODS - OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

ODS 3 - SAÚDE E BEM-ESTAR

Risco de fiscalização

Social

Lei Municipal nº 11.735, de 23 agosto 2024 - PREFEITURA

Dispõe sobre a publicação em meio eletrônico oficial de autorização ou licença ambiental para supressão de árvore ou área verde no Município.

EDIFICAÇÃO/ESTRUTURA FÍSICA

FAUNA E FLORA OU NASCENTE D'ÁGUA NA SUA LOCALIZAÇÃO

Risco de multa

Ambiental

■ BRASIL > Pará

Portaria Estadual nº 1.582, de 09 julho 2024 - SEMAS / PA

Constitui a Comissão de Avaliação de Desempenho no âmbito da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS).

LEGALIZAÇÃO/DOCUMENTAÇÃO

LICENCIAMENTO DA EMPRESA - MUNICIPAL E/OU ESTADUAL

Oportunidade

Governança

Portaria Estadual nº 1.710, de 30 julho 2024 - GOVERNO

Torna público os índices definitivos para o repasse do ICMS Verde aos municípios do Estado do Pará, durante o ano de 2025.

LEGALIZAÇÃO/DOCUMENTAÇÃO

LICENCIAMENTO DA EMPRESA - MUNICIPAL E/OU ESTADUAL

Oportunidade

Governança

■ BRASIL > Paraíba

Lei Estadual nº 13.336, de 20 agosto 2024 - GOVERNO

Dispõe sobre a obrigatoriedade de equipar com desfibriladores cardíacos semiautomáticos

externos as unidades do corpo de bombeiros, no âmbito do Estado da Paraíba.

ODS - OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

ODS 3 - SAÚDE E BEM-ESTAR

Oportunidade

Social

Lei Estadual nº 13.331, de 29 julho 2024 - GOVERNO

Altera o anexo único da Lei estadual nº 12.791, de 02 de outubro de 2023, que instituiu o Programa Fortalecimento da Aprendizagem do Estado da Paraíba.

ODS - OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

ODS 4 - EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

Oportunidade

Social

Lei Estadual nº 13.337, de 20 agosto 2024 - GOVERNO

Dispõe sobre a criação, o manejo e a realização de exposição de aves da raça Mura, no âmbito do Estado da Paraíba.

ODS - OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

ODS 15 - VIDA TERRESTRE

Oportunidade

Ambiental

Lei Estadual nº 13.335, de 08 agosto 2024 - GOVERNO

Institui o programa de valorização da escritora e do escritor paraibano e de incentivo à difusão de suas obras literárias.

ODS - OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

ODS 8 - TRABALHO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO

Oportunidade

Social

■ BRASIL > Paraíba > João Pessoa

Lei Municipal nº 15.247, de 13 agosto 2024 - PREFEITURA

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA A IMPLANTAR PROJETO DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA AO CONTRATAR O BANCO DO BRASIL ATRAVÉS DE OPERAÇÃO DE CRÉDITO PARA PLANEJAMENTO, PROJETO, AQUISIÇÃO, MANUTENÇÃO, GESTÃO E OPERAÇÃO DE USINA DE GERAÇÃO DE ENERGIA FOTOVOLTAICA PARA ATENDER A TODAS AS UNIDADES CONSUMIDORAS VINCULADAS DIRETA OU INDIRETAMENTE AO MUNICÍPIO COM OUTORGA DE GARANTIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ODS - OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

ODS 7 - ENERGIA LIMPA E ACESSÍVEL

Oportunidade

Ambiental

■ BRASIL > Paraná

Lei Estadual nº 22.113, de 26 agosto 2024 - GOVERNO

Altera o § 4º do art. 208 da Lei nº 21.926, de 11 de abril de 2024, que consolida a legislação

paranaense relativa aos Direitos da Mulher criando o Código Estadual da Mulher Paranaense

ODS - OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

ODS 10 - REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES

Oportunidade

Governança

Lei Estadual nº 22.106, de 23 agosto 2024 - GOVERNO

Altera a Lei nº 17.425, de 18 de dezembro de 2012, que cria o Conselho Estadual de Povos e Comunidades Tradicionais do Estado do Paraná.

ODS - OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

ODS 11 – CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS

Oportunidade

Governança

Lei Estadual nº 22.066, de 18 julho 2024 - GOVERNO

Altera a Lei nº 18.624, de 20 de novembro de 2015, que institui o mês Maio Amarelo, dedicado às ações preventivas de conscientização para a redução de acidentes de trânsito.

RECURSOS HUMANOS

MOTORISTA

Risco de multa

Social

■ BRASIL > Paraná > Campina Grande do Sul

Lei Municipal nº 997, de 08 agosto 2024 - PREFEITURA

Dispõe sobre medidas a serem adotadas pelas escolas, da rede pública e particular, para a prevenção ao bullying realizado contra alunos com Transtornos do Espectro Autista, e dá outras providências.

ATIVIDADE ENVOLVIDA NA OPERAÇÃO

SERVIÇO DE ENTRETENIMENTO E EDUCAÇÃO

Risco de fiscalização

Governança

Lei Municipal nº 996, de 08 agosto 2024 - PREFEITURA

Institui a Campanha Permanente de Orientação e Conscientização sobre o Descarte Adequado do Lixo no Município de Campina Grande do Sul.

RESÍDUOS SÓLIDOS

RESÍDUOS RECICLÁVEIS

Oportunidade

Ambiental

■ BRASIL > Paraná > Curitiba

Lei Municipal nº 16.365, de 13 agosto 2024 - PREFEITURA

Altera dispositivos da Lei nº 13.805, de 12 de setembro de 2011, que "Dispõe sobre a remoção de veículos abandonados em logradouros públicos do Município de Curitiba".

FROTA PRÓPRIA

FROTA DE PEQUENO PORTE (CARRO DE PASSEIO)
Risco de fiscalização
Ambiental

■ **BRASIL > Pernambuco**

Lei Estadual nº 18.660, de 20 agosto 2024 - GOVERNO

Autoriza supressão de segmentos de vegetação de preservação permanente nas áreas em que especifica.

EDIFICAÇÃO/ESTRUTURA FÍSICA
APP - ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE E/OU UNIDADE DE CONSERVAÇÃO
Risco de multa
Ambiental

Decreto Estadual nº 57.091, de 14 agosto 2024 - GOVERNO

Cria a Escola Estadual Indígena José Ferreira da Silva, Cadastro Escolar nº E-601039, localizada na Aldeia Serra Negra, s/n, CEP 56.400-000, Território Indígena Pipipã – Organização Terra e Água I, zona rural do Município de Floresta, neste Estado, com Ensino Fundamental de 9 Anos (1º ao 9º Ano), Ensino Médio, Ensino Fundamental na modalidade da Educação de Jovens e Adultos (I ao VIII Módulo) e Ensino Médio na modalidade da Educação de Jovens e Adultos (I, II e III Módulos).

ODS - OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
ODS 11 – CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS
Risco de fiscalização
Governança

Decreto Estadual nº 57.201, de 27 agosto 2024 - GOVERNO

Altera o Decreto nº 36.515, de 12 de maio de 2011, que cria a Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional - CAISAN/PE, no âmbito do Sistema Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável - SESANS.

ODS - OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
ODS 2 - FOME ZERO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL
Oportunidade
Social

■ **BRASIL > Piauí**

Lei Estadual nº 8.482, de 23 agosto 2024 - GOVERNO

Institui Política Estadual de Formação, Qualificação e Valorização do Trabalho da Mulher no âmbito do estado do Piauí.

ODS - OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
ODS 5 - IGUALDADE DE GÊNERO
Oportunidade
Governança

Lei Estadual nº 8.472, de 31 julho 2024 - GOVERNO

Institui o programa estadual "Adote um Animal".

ODS - OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

ODS 15 - VIDA TERRESTRE

Voluntário

Ambiental

Lei Estadual nº 8.463, de 26 julho 2024 - GOVERNO

Cria o Programa “Tendas Violetas” contra o abuso, assédio e importunação sexual nos eventos realizados em espaços públicos no âmbito do estado do Piauí.

ODS - OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

ODS 16 - PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES

Risco de fiscalização

Governança

Lei Estadual nº 8.483, de 23 agosto 2024 - GOVERNO

Estabelece Diretrizes para a Instituição do Programa Órfãos do Femicídio: Atenção e Proteção, no âmbito do estado do Piauí .

ODS - OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

ODS 16 - PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES

Oportunidade

Governança

Lei Estadual nº 8.481, de 22 agosto 2024 - GOVERNO

Dispõe sobre a obrigatoriedade de todas as empresas privadas e órgãos públicos no âmbito do Piauí, a realizarem ações educativas continuadas voltadas à prevenção e ao combate da violência contra mulheres, especificamente aos servidores/empregados homens .

ODS - OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

ODS 17 - PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO

Risco de multa

Governança

■ BRASIL > Piauí > Teresina

Lei Municipal nº 6.117, de 21 julho 2024 - PREFEITURA

Dispõe sobre a criação de salas sensoriais, nas clínicas e hospitais da rede privada do Município de Teresina, destinadas ao atendimento de pacientes com Transtorno do Espectro Autista, e dá outras providências. (*)

ODS - OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

ODS 3 - SAÚDE E BEM-ESTAR

Risco de fiscalização

Social

Lei Municipal nº 6.120, de 04 julho 2024 - PREFEITURA

Cria o programa “ENCONTRE O SEU AMIGO”, instituindo a divulgação permanente de dados e imagens de animais desaparecidos ou à disposição para adoção no site oficial e redes sociais da Prefeitura Municipal de Teresina, e dá outras providências. (*)

ODS - OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

ODS 15 - VIDA TERRESTRE

Voluntário

Ambiental

■ **BRASIL > Rio de Janeiro**

Resolução Estadual nº 299, de 25 julho 2024 - INEA - RJ

APROVA A NORMA OPERACIONAL (NOPINEA- 56) - REQUISITOS GERAIS E CRITÉRIOS PARA OPERACIONALIZAÇÃO DO PROGRAMA ESTADUAL DE MONITORAMENTO DE PARTÍCULAS SEDIMENTÁVEIS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (PEMPS-RJ)

EFLUENTES LÍQUIDOS

ETE - ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE EFLUENTES

Risco de multa

Ambiental

■ **BRASIL > Rio de Janeiro > Macaé**

Lei Municipal nº 5.215, de 08 julho 2024 - PREFEITURA

Dispõe sobre a proibição do comércio de animais em espaços públicos, calçadas e em frente a lojas e vitrines no Município de Macaé.

ODS - OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

ODS 15 - VIDA TERRESTRE

Risco de fiscalização

Ambiental

Lei Municipal nº 5.221, de 15 agosto 2024 - PREFEITURA

Dispõe sobre a adoção de mecanismos sustentáveis de gestão das águas pluviais para fins de controle de enchentes e alagamentos, aplicando no Município de Macaé o conceito de "cidade esponja" e dá outras providências.

ODS - OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

ODS 11 – CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS

Oportunidade

Governança

Lei Municipal nº 5.228, de 19 agosto 2024 - PREFEITURA

Dispõe sobre a instituição do Programa Moeda Verde que visa promover a sustentabilidade ambiental mediante a troca de resíduos recicláveis por alimentos e dá outras providências.

RESÍDUOS SÓLIDOS

RESÍDUOS RECICLÁVEIS

Oportunidade

Ambiental

■ **BRASIL > Rio de Janeiro > Rio de Janeiro**

Lei Municipal nº 8.547, de 23 agosto 2024 - PREFEITURA

Dispõe sobre a circulação de bicicletas elétricas nas ciclovias, ciclofaixas e dá outras providências.

ODS - OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

ODS 11 – CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS

Risco de multa

Governança

■ **BRASIL > Rio Grande do Norte**

Lei Estadual nº 11.886, de 12 agosto 2024 - GOVERNO

Institui a Política Estadual de Apoio aos Arranjos Produtivos Locais, e dá outras providências.

ODS - OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

ODS 9 - INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA

Oportunidade

Governança

Lei Estadual nº 11.887, de 12 agosto 2024 - GOVERNO

Institui a Política de Coleta Contínua de Lixo Eletrônico de Pequeno Porte nas escolas públicas e privadas do Estado do Rio Grande do Norte.

ATIVIDADE ENVOLVIDA NA OPERAÇÃO

SERVIÇO DE ENTRETENIMENTO E EDUCAÇÃO

Oportunidade

Governança

Lei Estadual nº 11.881, de 06 agosto 2024 - GOVERNO

Institui a Política estadual de Agricultura Urbana e Periurbana do Estado do Rio Grande do Norte.

ODS - OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

ODS 2 - FOME ZERO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL

Oportunidade

Social

Lei Estadual nº 11.891, de 14 agosto 2024 - GOVERNO

Dispõe sobre a obrigatoriedade de as empresas públicas, sociedades de economia mista e concessionárias de serviços públicos, de água, energia elétrica e gás, do Estado do Rio Grande do Norte, inserirem nas faturas de consumo os telefones que esta Lei especifica, e dá outras providências.

ODS - OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

ODS 16 - PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES

Risco de fiscalização

Governança

Lei Estadual nº 11.883, de 06 agosto 2024 - GOVERNO

Dispõe sobre a divulgação de canais de denúncia contra maus-tratos aos animais no Estado do Rio Grande do Norte e dá outras providências.

ODS - OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

ODS 15 - VIDA TERRESTRE

Risco de fiscalização

Ambiental

■ **BRASIL > Rio Grande do Norte > Natal**

Lei Municipal nº 7.729, de 03 julho 2024 - PREFEITURA

Altera a Lei Promulgada nº 432/2015, de 17 de setembro de 2015, que “Dispõe sobre a construção de sanitários em estabelecimentos que comercializam medicamentos no município do Natal”, e dá outras providências.

ATIVIDADE ENVOLVIDA NA OPERAÇÃO
INDUSTRIA DA SAÚDE (HUMANA E ANIMAL)
Risco de interdição
Governança

Lei Municipal nº 7.728, de 03 julho 2024 - PREFEITURA

Dispõe sobre normas preventivas ao esquecimento de animais no interior de veículos no âmbito do município de Natal e dá outras providências.

ATIVIDADE ENVOLVIDA NA OPERAÇÃO
COMERCIO DIVERSOS C/ PRODUTOS PERECÍVEIS
Risco de multa
Governança

Lei Municipal nº 7.737, de 16 julho 2024 - PREFEITURA

Institui no Plano Municipal Programa de Combate à Pedofilia, e dá outras providências.

ODS - OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
ODS 16 - PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES
Oportunidade
Governança

■ BRASIL > Rio Grande do Sul

Decreto Estadual nº 57.768, de 29 agosto 2024 - GOVERNO

Institui o Programa Emergencial de Manejo da População de Cães e Gatos em Abrigos, com o objetivo de incentivar o bem-estar e a adoção dos animais atingidos pelos eventos climáticos que acometeram o Estado nos meses de abril e maio de 2024, bem como estimular a esterilização da população animal abrigada.

ODS - OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
ODS 15 - VIDA TERRESTRE
Oportunidade
Ambiental

Lei Estadual nº 16.172, de 19 agosto 2024 - GOVERNO

Institui a Política de Institutos Penais Femininos no Estado do Rio Grande do Sul e dá outras providências.

ODS - OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
ODS 16 - PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES
Oportunidade
Governança

Decreto Estadual nº 57.750, de 19 agosto 2024 - GOVERNO

Altera o Decreto nº 56.713 de 31 de outubro de 2022, que dispõe sobre a execução do Programa de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos Comunicadores e Ambientalistas no âmbito do Estado – PPDDH/RS, e o Conselho Deliberativo do Programa de Proteção aos

ODS - OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

ODS 16 - PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES

Voluntário

Governança

Decreto Estadual nº 57.769, de 27 agosto 2024 - GOVERNO

Regulamenta o Programa de Aprendizagem Profissional Partiu Futuro - Jovem Aprendiz das Escolas Técnicas, instituído pelo art. 11 da Lei nº 15.481, de 2 de julho de 2020, no âmbito da Secretaria da Educação, com base no disposto no art. 8º da Lei nº 16.089, de 10 de janeiro de 2024.

ODS - OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

ODS 4 - EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

Oportunidade

Social

Decreto Estadual nº 57.752, de 19 agosto 2024 - GOVERNO

Altera o Decreto nº 57.722, de 22 de julho de 2024, que cria o Programa PRONAMPE GAÚCHO e destina recursos previstos na Lei nº 16.134, de 24 de maio de 2024, que institui o Plano Rio Grande, Programa de Reconstrução, Adaptação e Resiliência Climática do Estado do Rio Grande do Sul, cria o Fundo Plano Rio Grande – FUNRIGS.

MUDANÇAS CLIMÁTICAS

MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA

Oportunidade

Ambiental

■ **BRASIL > Rio Grande do Sul > Porto Alegre**

Lei Municipal nº 14.014, de 08 agosto 2024 - PREFEITURA

Institui a implantação, pelo Executivo Municipal, de ecopontos de coleta de tampas plásticas e lacres de latinhas de alumínio nos órgãos e nas entidades da Administração Municipal e no comércio local.

RESÍDUOS SÓLIDOS

RESÍDUOS RECICLÁVEIS

Oportunidade

Ambiental

Lei Municipal nº 14.022, de 09 agosto 2024 - PREFEITURA

Estabelece a reserva de vagas de jovens aprendizes para adolescentes atendidos pelos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS) nos contratos firmados pelo Município de Porto Alegre com empresas terceirizadas de prestação de serviços.

RECURSOS HUMANOS

JOVEM APRENDIZ

Risco de fiscalização

Governança

Lei Municipal nº 14.011, de 31 julho 2024 - PREFEITURA

Cria a Política Municipal de Economia Solidária e o Sistema Municipal de Economia Solidária

e sugere a criação do Conselho Municipal de Economia Solidária – Lei Paul Singer –, constituindo o Marco Regulatório Municipal da Economia Solidária.

ODS - OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
ODS 9 - INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA
Oportunidade
Governança

■ **BRASIL > Rondônia**

Lei Complementar Estadual nº 1.248, de 07 agosto 2024 - GOVERNO

Dispõe sobre a Política de Educação na Saúde Pública do Estado de Rondônia e sobre o Instituto Estadual de Educação em Saúde Pública de Rondônia - Iespro, altera dispositivos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017, revoga a Lei nº 1.339, de 20 de maio de 2004 e Lei nº 2.912, de 3 de dezembro de 2012, e dá outras providências.

ATIVIDADE ENVOLVIDA NA OPERAÇÃO
INDUSTRIA DA SAÚDE (HUMANA E ANIMAL)
Oportunidade
Governança

Decreto Estadual nº 29.417, de 26 agosto 2024 - GOVERNO

Declara situação de emergência estadual em virtude de Incêndios Florestais.

ODS - OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
ODS 11 – CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS
Risco de fiscalização
Governança

■ **BRASIL > Rondônia > Porto Velho**

Lei Complementar Municipal nº 996, de 20 agosto 2024 - PREFEITURA

Institui a Política de Prevenção à Evasão e Abandono Escolar no Município de Porto Velho/RO.

ODS - OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
ODS 4 - EDUCAÇÃO DE QUALIDADE
Risco de fiscalização
Social

■ **BRASIL > Roraima**

Lei Estadual nº 2.029, de 05 agosto 2024 - GOVERNO

Dispõe sobre as diretrizes para implementação do Programa de Incentivo ao Emprego para mães solo do estado de Roraima, e dá outras providências.

ODS - OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
ODS 8 - TRABALHO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO
Oportunidade
Social

Lei Estadual nº 2.028, de 01 agosto 2024 - GOVERNO

Dispõe sobre Diretrizes para Criação do Programa de Incentivo à Reciclagem e Reuso de

Materiais, no âmbito do estado de Roraima

RESÍDUOS SÓLIDOS
RESÍDUOS RECICLÁVEIS
Oportunidade
Ambiental

Lei Estadual nº 2.030, de 05 agosto 2024 - GOVERNO

Dispõe sobre a obrigatoriedade dos proprietários de bares, restaurantes e similares disponibilizarem em seus estabelecimentos o mobiliário adequado à acessibilidade dos cadeirantes, na forma que especifica.

EDIFICAÇÃO/ESTRUTURA FÍSICA
COZINHA INDUSTRIAL
Risco de fiscalização
Ambiental

■ **BRASIL > Roraima > Boa Vista**

Lei Municipal nº 2.633, de 22 julho 2024 - PREFEITURA

INSTITUI O LAÇO AZUL COM LARANJA COMO SÍMBOLO DA DISLEXIA.

ODS - OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
ODS 10 - REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES
Voluntário
Governança

Lei Municipal nº 2.648, de 18 agosto 2024 - PREFEITURA

ESTABELECE A SUBSTITUIÇÃO DE SIRENES E SINAIS SONOROS TRADICIONAIS NAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO POR SINAIS SONOROS MUSICAIS ADEQUADOS AOS ALUNOS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA) NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE BOA VISTA.

ATIVIDADE ENVOLVIDA NA OPERAÇÃO
SERVIÇO DE ENTRETENIMENTO E EDUCAÇÃO
Risco de fiscalização
Governança

Lei Municipal nº 2.639, de 05 agosto 2024 - PREFEITURA

A UTILIZAÇÃO DO SOLO RURAL PARA FINS URBANOS, MEDIANTE A IMPLANTAÇÃO LOTEAMENTO E/OU CONDOMÍNIOS DE CHÁCARAS DE RECREIO, TURISMO E PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL EM ÁREA DE EXPANSÃO URBANA OU RURAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDIFICAÇÃO/ESTRUTURA FÍSICA
BOMBEIRO
Risco de interdição
Social

Lei Municipal nº 2.640, de 05 agosto 2024 - PREFEITURA

RESTRIÇÃO PARA CIRCULAÇÃO DE CAMINHÕES E OPERAÇÕES DE CARGA E DESCARGA EM EIXOS COMERCIAIS E DE SERVIÇOS (ECS's) DE BOA VISTA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FROTA PRÓPRIA
FROTA DE GRANDE E MÉDIO PORTE (CAMINHÕES E MÉDIOS DE CARGA)
Risco de multa
Ambiental

Lei Municipal nº 2.634, de 22 julho 2024 - PREFEITURA
INSTITUI A SEMANA DE INCENTIVO À ADOÇÃO TARDIA NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE BOA VISTA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ODS - OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
ODS 10 - REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES
Voluntário
Governança

■ **BRASIL > Santa Catarina > Florianópolis**

Lei Municipal nº 11.282, de 30 julho 2024 - PREFEITURA
DISPÕE SOBRE A ISENÇÃO PARA ATLETAS DE BAIXA RENDA DO PAGAMENTO DE TAXAS DE INSCRIÇÃO EM CORRIDAS, CAMINHADAS E PROVAS DE CICLISMO REALIZADAS EM VIAS PÚBLICAS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS

ODS - OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
ODS 3 - SAÚDE E BEM-ESTAR
Oportunidade
Social

■ **BRASIL > São Paulo**

Decisão da Diretoria CETESB Estadual nº 51, de 22 julho 2024 - CETESB / SP
Estabelece Procedimento para a demonstração do cumprimento da logística reversa no âmbito do licenciamento ambiental, em atendimento à Resolução SMA 45, de 23 de junho de 2015 e dá outras providências.

RESÍDUOS SÓLIDOS
RESÍDUOS RECICLÁVEIS
Risco de fiscalização
Ambiental

Decisão da Diretoria CETESB Estadual nº 23, de 25 março 2024 - CETESB / SP
Estabelece o “Procedimento para licenciamento das unidades de armazenamento, transferência, triagem, reciclagem, preparo, recuperação energética, tratamento e disposição final de resíduos sólidos”.

LEGALIZAÇÃO/DOCUMENTAÇÃO
LICENCIAMENTO DA EMPRESA - MUNICIPAL E/OU ESTADUAL
Risco de multa
Governança

Lei Estadual nº 18.008, de 31 julho 2024 - GOVERNO
Dispõe sobre a obrigatoriedade dos estabelecimentos comerciais do ramo alimentício que comercializam alimentos prontos para consumo informarem a substituição do uso do queijo e/ou outros lácteos e seus derivados de origem animal por produtos tidos como similares, à base

degordura vegetal, amido e amido modificado, no âmbito do Estado, e dá outras providências.

ATIVIDADE ENVOLVIDA NA OPERAÇÃO
COMERCIO DIVERSOS C/ PRODUTOS PERECÍVEIS
Risco de fiscalização
Governança

Lei Estadual nº 18.012, de 31 julho 2024 - GOVERNO

Assegura o direito de prioridade de matrícula, na mesma unidade escolar da rede pública estadual de ensino mais próxima de sua residência, aos estudantes que possuam os mesmos representantes legais, em razão de guarda, tutela ou adoção, e dá outras providências.

ATIVIDADE ENVOLVIDA NA OPERAÇÃO
SERVIÇO DE ENTRETENIMENTO E EDUCAÇÃO
Risco de fiscalização
Governança

Lei Estadual nº 18.013, de 05 agosto 2024 - GOVERNO

Obriga as instituições de ensino técnico e superior a tomarem medidas de prevenção e responsabilização diante de casos de violência envolvendo seus estudantes.

ODS - OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
ODS 4 - EDUCAÇÃO DE QUALIDADE
Risco de multa
Social

Decreto Estadual nº 68.805, de 24 agosto 2024 - GOVERNO

Declara situação de emergência nas áreas que especifica, em razão de incêndios florestais no território estadual.

ODS - OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
ODS 11 – CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS
Risco de fiscalização
Governança

Decreto Estadual nº 68.733, de 25 julho 2024 - GOVERNO

Institui o São Paulo Sempre Alerta - Plano Estadual de Resiliência à Estiagem, que dispõe sobre diretrizes e ações de prevenção, mitigação e resposta aos impactos da estiagem prolongada no ano de 2024, e dá providências correlatas.

ODS - OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
ODS 11 – CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS
Oportunidade
Governança

Decisão da Diretoria CETESB Estadual nº 56, de 22 julho 2024 - CETESB / SP

Dispõe sobre o agrupamento em blocos das etapas do gerenciamento de áreas contaminadas e o procedimento de solicitação de Pareceres Técnicos para submissão à CETESB dos relatórios referentes à execução das etapas do “Procedimento para o Gerenciamento de Áreas Contaminadas”, descritas no Anexo II da Decisão de Diretoria nº 038/2017/C, em consonância com a Lei Estadual nº 13.577/2009, seu Regulamento, aprovado por meio do Decreto nº 59.263/2013, o Decreto Estadual 62.973/2017 e dá outras pro

EDIFICAÇÃO/ESTRUTURA FÍSICA
AREA CONTAMINADA
Risco de multa
Ambiental

■ **BRASIL > São Paulo > Barueri**

Decreto Municipal nº 10.027, de 31 julho 2024 - PREFEITURA

APROVA O PLANO MUNICIPAL DE GESTÃO DE RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL - PMGRCC

RESÍDUOS SÓLIDOS
RESÍDUO DA CONTRUÇÃO CIVIL
Risco de multa
Ambiental

■ **BRASIL > São Paulo > Diadema**

Lei Municipal nº 4.490, de 12 julho 2024 - PREFEITURA

Institui a Política Municipal para Cultura da Paz nas Escolas, através do Programa “Educar para Paz”, e dá outras providências

ATIVIDADE ENVOLVIDA NA OPERAÇÃO
SERVIÇO DE ENTRETENIMENTO E EDUCAÇÃO
Oportunidade
Governança

Lei Municipal nº 4.474, de 26 abril 2024 - PREFEITURA

Equipara a pessoa diagnosticada com doença renal crônica à pessoa com deficiência – PCD, para fins de acesso ao percentual legal de vagas de estacionamento destinadas às pessoas com deficiência, durante as sessões de hemodiálise, e dá outras providências.

RECURSOS HUMANOS
PCD - PESSOA COM DEFICIENCIA
Voluntário
Governança

Lei Municipal nº 4.473, de 23 abril 2024 - PREFEITURA

DISPÕE sobre a Política Municipal de uso e distribuição gratuita de medicamentos formulados de derivado vegetal da Cannabis Sativa e suas variações como a Cannabis Indica e Cannabis Ruderalis em associação com outras substâncias canabinóides como o Canabidiol (CBD) e o Tetra- Hidrocanabinol (THC), nas unidades de saúde pública municipal e privada conveniada ao Sistema Único de Saúde - SUS.

ODS - OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
ODS 3 - SAÚDE E BEM-ESTAR
Oportunidade
Social

Lei Municipal nº 4.491, de 15 julho 2024 - PREFEITURA

DISPÕE sobre a Renovação Simplificada da Licença Sanitária Municipal para os estabelecimentos de interesse da saúde e das fontes de radiação ionizante, com base nas legislações específicas de cada setor, nos âmbitos Federal, Estadual e Municipal.

ATIVIDADE ENVOLVIDA NA OPERAÇÃO
INDUSTRIA DA SAÚDE (HUMANA E ANIMAL)
Risco de interdição
Governança

Lei Municipal nº 4.478, de 10 maio 2024 - PREFEITURA

Institui, no âmbito do Município de Diadema, a Campanha Permanente “Pet na Sombra”, e dá outras providências.

ODS - OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
ODS 15 - VIDA TERRESTRE
Voluntário
Ambiental

■ **BRASIL > São Paulo > Guarulhos**

Lei Municipal nº 8.299, de 18 julho 2024 - PREFEITURA

Dispõe sobre o Código Sanitário do Município de Guarulhos e revoga as Leis n/s. 6.144, de 07/06/2006, e 7.837, de 08/07/2020; dispositivos da Lei nº 7.573, de 06/07/2017; e o Decreto nº 37.959, de 15/04/2021.

LEGALIZAÇÃO/DOCUMENTAÇÃO
LICENCIAMENTO DA EMPRESA - MUNICIPAL E/OU ESTADUAL
Risco de interdição
Governança

Lei Municipal nº 8.297, de 15 julho 2024 - PREFEITURA

Proíbe o plantio da espécie invasora *Spathodea campanulata* no âmbito do Município de Guarulhos e dá outras providências.

EDIFICAÇÃO/ESTRUTURA FÍSICA
FAUNA E FLORA OU NASCENTE D'ÁGUA NA SUA LOCALIZAÇÃO
Risco de multa
Ambiental

■ **BRASIL > São Paulo > Itaquaquecetuba**

Lei Municipal nº 3.807, de 12 julho 2024 - PREFEITURA

Dispõe sobre a instituição do Selo Empresa Amiga da Mulher Vítima de Violência.

ODS - OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
ODS 5 - IGUALDADE DE GÊNERO
Voluntário
Governança

Lei Municipal nº 3.799, de 03 julho 2024 - PREFEITURA

Dispõe sobre instituir o uso do cordão de fita com desenhos de girassóis para a identificação de pessoas com deficiências invisíveis/ocultas.

ODS - OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
ODS 10 - REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES

Risco de fiscalização
Governança

■ **BRASIL > São Paulo > Mauá**

Lei Municipal nº 9.332, de 01 agosto 2024 - PREFEITURA

Regulamenta a Outorga Onerosa de Regularização conforme disposto no § 4º do art. 19, da Lei Municipal nº 6.207, de 4 de abril de 2024, e dá outras providências.

LEGALIZAÇÃO/DOCUMENTAÇÃO
LICENCIAMENTO DA EMPRESA - MUNICIPAL E/OU ESTADUAL
Risco de interdição
Governança

Decreto Municipal nº 9.319, de 03 julho 2024 - PREFEITURA

Altera o Decreto 8.519, de 27 de fevereiro de 2019, que regulamenta a Lei nº 3.522, de 20 de setembro de 2002, que concede isenção de tarifas de transporte coletivo às pessoas portadoras de deficiências, portadoras do vírus HIV-AIDS e renais crônicos, portadores de câncer e dá outras providências.

RECURSOS HUMANOS
EMPREGADOS - CLT
Risco de fiscalização
Social

■ **BRASIL > São Paulo > Mogi das Cruzes**

Decreto Municipal nº 22.938, de 22 julho 2024 - PREFEITURA

Regulamenta a Lei nº 7.699, de 23 de agosto de 2021, e dá outras providências.

ODS - OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
ODS 15 - VIDA TERRESTRE
Voluntário
Ambiental

■ **BRASIL > São Paulo > Piracicaba**

Lei Municipal nº 10.123, de 22 agosto 2024 - PREFEITURA

Autoriza o Poder Executivo a criar o benefício do aluguel social às mulheres vítimas de violência doméstica no Município de Piracicaba e dá outras providências.

ODS - OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
ODS 10 - REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES
Oportunidade
Governança

Decreto Municipal nº 20.106, de 20 agosto 2024 - PREFEITURA

Regulamenta a Lei nº 9.997/2023 que "institui o Programa Municipal de Adequação Ambiental Rural no Município de Piracicaba e dá outras providências"

ATIVIDADE ENVOLVIDA NA OPERAÇÃO
INDÚSTRIA AGROPECUÁRIA

Risco de interdição
Governança

Lei Municipal nº 10.116, de 15 agosto 2024 - PREFEITURA

Dispõe sobre a obrigatoriedade da instalação de detectores de metais em todas as escolas públicas e privadas no Município de Piracicaba.

ATIVIDADE ENVOLVIDA NA OPERAÇÃO
SERVIÇO DE ENTRETENIMENTO E EDUCAÇÃO
Risco de fiscalização
Governança

■ BRASIL > São Paulo > Rio das Pedras

Lei Municipal nº 3.357, de 01 julho 2024 - PREFEITURA

Determina que os estabelecimentos de ensino informem ocorrências de episódios de intimidação sistemática(“bullying”) praticados contra seus alunos à Autoridade Policial e ao Conselho Tutelar Municipal.

ODS - OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
ODS 4 - EDUCAÇÃO DE QUALIDADE
Risco de fiscalização
Social

■ BRASIL > São Paulo > Santo André

Lei Municipal nº 10.789, de 01 julho 2024 - PREFEITURA

INSTITUI o Programa Municipal de Promoção e Fomento do Polo Gastronômico de Santo André, para promoção da diversidade econômica da cidade, e dá outras providências.

ODS - OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
ODS 11 – CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS
Oportunidade
Governança

Lei Municipal nº 10.795, de 23 agosto 2024 - PREFEITURA

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A INSTITUIR A DELEGACIA ESPECIALIZADA EM CRIMES CONTRA A PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO MUNICÍPIO DE SANTO ANDRÉ.

ODS - OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
ODS 10 - REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES
Risco de fiscalização
Governança

■ BRASIL > São Paulo > São Paulo

Lei Municipal nº 18.165, de 24 julho 2024 - PREFEITURA

Autoriza a criação do Programa Cultura de Paz nas Escolas do Município de São Paulo.

ODS - OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
ODS 16 - PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES
Oportunidade
Governança

Decreto Municipal nº 63.616, de 29 julho 2024 - PREFEITURA

Introduz alterações no Decreto nº 57.259, de 26 de agosto de 2016, que regulamenta a Lei nº 16.335, de 30 de dezembro de 2015, que instituiu o Programa Municipal São Paulo Afroempreendedor.

ODS - OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

ODS 9 - INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA

Oportunidade

Governança

Decreto Municipal nº 63.686, de 21 agosto 2024 - PREFEITURA

Cria o Programa Entrelaços, destinado a oferecer apoio e assistência às mães de pessoas com deficiência no âmbito do Município de São Paulo.

ODS - OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

ODS 3 - SAÚDE E BEM-ESTAR

Voluntário

Social

Lei Municipal nº 18.170, de 24 julho 2024 - PREFEITURA

Dispõe sobre os sinais sonoros emitidos nos estabelecimentos de ensino públicos e privados do Município de São Paulo.

ATIVIDADE ENVOLVIDA NA OPERAÇÃO

SERVIÇO DE ENTRETENIMENTO E EDUCAÇÃO

Risco de fiscalização

Governança

Decreto Municipal nº 63.645, de 07 agosto 2024 - PREFEITURA

Dispõe sobre a implantação do Plano de Contingência para Situações de Baixa Umidade – PCBU; introduz alteração no Decreto nº 60.290, de 4 de junho de 2021, que dispõe sobre as atribuições da Secretaria Executiva de Mudanças Climáticas – SECLIMA, da Secretaria de Governo Municipal.

MUDANÇAS CLIMÁTICAS

MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA

Oportunidade

Ambiental

Decreto Municipal nº 63.560, de 05 julho 2024 - PREFEITURA

Institui o Espaço Legal, local destinado exclusivamente à ampliação da área de atendimento de bares, confeitarias, restaurantes, lanchonetes e assemelhados, mediante a outorga de permissão de uso precário e oneroso de trecho da pista defronte a esses estabelecimentos, nos termos e condições que especifica.

EDIFICAÇÃO/ESTRUTURA FÍSICA

COZINHA INDUSTRIAL

Oportunidade

Ambiental

Lei Municipal nº 18.148, de 01 julho 2024 - PREFEITURA

Fica autorizado o Poder Executivo a instituir o Programa de Parceria e Cooperação visando o reúso de retalhos de tecidos e de outros produtos descartados pela produção têxtil, para a utilização em cursos de qualificação e capacitação de munícipes de baixa renda ou vulnerabilidade social.

EDIFICAÇÃO/ESTRUTURA FÍSICA

UNIFORME

Oportunidade

Ambiental

■ BRASIL > Sergipe

Lei Estadual nº 9.510, de 26 julho 2024 - GOVERNO

Altera o §10 e acrescenta os §§ 11 e 12 ao art. 7º da Lei nº 8.597, de 07 de novembro de 2019, que institui o Programa Alfabetizar pra Valer, que estabelece as bases do Pacto Sergipano pela Alfabetização na Idade Certa, e dá providências correlatas.

ATIVIDADE ENVOLVIDA NA OPERAÇÃO

SERVIÇO DE ENTRETENIMENTO E EDUCAÇÃO

Oportunidade

Governança

Lei Estadual nº 9.511, de 26 julho 2024 - GOVERNO

Altera o inciso I do parágrafo único do art. 4º; o inciso I do “caput” do art. 6º e revoga os incisos II, V e VI do art. 10 da Lei nº 9.264, de 25 de agosto de 2023, que institui o Programa Primeiro Emprego no Estado de Sergipe, visando ampliar oportunidades aos jovens no mercado de trabalho, e dá providências correlatas.

ODS - OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

ODS 8 - TRABALHO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO

Oportunidade

Social

■ BRASIL > Tocantins

Lei Estadual nº 4.501, de 11 julho 2024 - GOVERNO

Institui ações de combate à obesidade infantil, no âmbito do Estado do Tocantins.

ODS - OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

ODS 3 - SAÚDE E BEM-ESTAR

Risco de fiscalização

Social

Lei Estadual nº 4.500, de 11 julho 2024 - GOVERNO

Dispõe sobre a disponibilização de atendimento psicológico ao responsável, atendente pessoal com deficiência e dá outras providências.

ODS - OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

ODS 3 - SAÚDE E BEM-ESTAR

Risco de fiscalização

Social

■ **BRASIL > Tocantins > Palmas**

Decreto Municipal nº 2.568, de 22 agosto 2024 - PREFEITURA

Dispõe sobre as regras para criação e funcionamento de ambiente regulatório controlado denominado “Sandbox Regulatório de Palmas”, nos termos que especifica.

ODS - OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

ODS 9 - INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA

Oportunidade

Governança